

# Índice

---

## Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

## DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	5
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	6
--------------------------------	---

## Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2017 à 30/06/2017	7
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2016 à 30/06/2016	8
--------------------------------	---

Demonstração do Valor Adicionado	9
----------------------------------	---

Comentário do Desempenho	10
--------------------------	----

Notas Explicativas	11
--------------------	----

## Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	43
--	----

Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	45
---	----

**Dados da Empresa / Composição do Capital**

<b>Número de Ações (Mil)</b>	<b>Trimestre Atual 30/06/2017</b>
<b>Do Capital Integralizado</b>	
Ordinárias	259.638
Preferenciais	0
<b>Total</b>	<b>259.638</b>
<b>Em Tesouraria</b>	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
<b>Total</b>	<b>0</b>

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 30/06/2017</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2016</b>
1	Ativo Total	2.941.790	2.807.544
1.01	Ativo Circulante	624.333	538.777
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	134.421	98.093
1.01.03	Contas a Receber	444.404	403.397
1.01.03.01	Clientes	431.564	391.987
1.01.03.01.01	Contas a receber de clientes	479.961	439.548
1.01.03.01.02	Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-48.397	-47.561
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	12.840	11.410
1.01.03.02.01	Conta a receber de partes relacionadas	1.930	1.767
1.01.03.02.02	Adiantamentos a fornecedores	1.016	585
1.01.03.02.04	Demais contas a receber	3.301	3.177
1.01.03.02.05	Cessão de crédito	6.593	5.881
1.01.04	Estoques	2.413	2.299
1.01.06	Tributos a Recuperar	40.989	34.526
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	40.989	34.526
1.01.07	Despesas Antecipadas	2.106	462
1.02	Ativo Não Circulante	2.317.457	2.268.767
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	241.113	238.157
1.02.01.03	Contas a Receber	478	478
1.02.01.03.02	Outras Contas a Receber	478	478
1.02.01.06	Tributos Diferidos	108.867	104.697
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	108.867	91.254
1.02.01.06.02	Ativos fiscais diferidos	0	13.443
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	131.768	132.982
1.02.01.09.03	Tributos a recuperar	24.379	31.905
1.02.01.09.04	Empréstimos compulsórios e incentivos fiscais	920	920
1.02.01.09.05	Provisão para perdas sobre bens e direitos	-920	-920
1.02.01.09.06	Depósitos judiciais	107.384	101.039
1.02.01.09.07	Outro realizáveis a longo prazo	5	38
1.02.02	Investimentos	380	380
1.02.02.01	Participações Societárias	380	380
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	380	380
1.02.04	Intangível	2.071.850	2.022.352
1.02.04.01	Intangíveis	2.071.850	2.022.352
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	2.071.850	2.022.352
1.02.05	Diferido	4.114	7.878

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 30/06/2017</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2016</b>
2	Passivo Total	2.941.790	2.807.544
2.01	Passivo Circulante	979.270	857.475
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	11.311	8.712
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	11.311	8.712
2.01.02	Fornecedores	249.732	228.215
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	249.732	228.215
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	414.566	426.934
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	414.566	426.934
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	414.566	426.934
2.01.05	Outras Obrigações	303.661	193.614
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	4.701	3.235
2.01.05.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	4.701	3.235
2.01.05.02	Outros	298.960	190.379
2.01.05.02.02	Dividendo Mínimo Obrigatório a Pagar	193.319	79.582
2.01.05.02.05	Obrigações com fundo de pensão	23.290	21.247
2.01.05.02.06	Demais contas a pagar	11.655	10.340
2.01.05.02.07	Tributos a recolher	70.696	79.210
2.02	Passivo Não Circulante	701.663	692.205
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	515.050	511.355
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	515.050	511.355
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	515.050	511.355
2.02.02	Outras Obrigações	119.188	116.771
2.02.02.02	Outros	119.188	116.771
2.02.02.02.05	Obrigações com fundo de pensão	119.188	116.771
2.02.04	Provisões	67.425	64.079
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	67.425	64.079
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	15.815	15.589
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	35.036	32.127
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	16.574	16.363
2.03	Patrimônio Líquido	1.260.857	1.257.864
2.03.01	Capital Social Realizado	587.923	544.500
2.03.02	Reservas de Capital	2.194	2.194
2.03.02.07	Reserva incentivos fiscais	2.194	2.194
2.03.04	Reservas de Lucros	587.923	755.623
2.03.04.01	Reserva Legal	101.272	101.272
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	0	196.588
2.03.04.10	Reserva de expansão	486.651	457.763
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	128.013	0
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-45.196	-44.453

**DFs Individuais / Demonstração do Resultado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 01/04/2017 à 30/06/2017</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 30/06/2017</b>	<b>Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2016 à 30/06/2016</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 30/06/2016</b>
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	917.373	1.656.069	709.563	1.503.293
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-653.942	-1.197.889	-471.771	-1.081.043
3.03	Resultado Bruto	263.431	458.180	237.792	422.250
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-109.292	-209.062	-116.966	-201.106
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-100.148	-193.591	-111.819	-190.805
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	463	826	0	1.255
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-9.607	-16.297	-5.147	-11.556
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	154.139	249.118	120.826	221.144
3.06	Resultado Financeiro	-25.524	-54.128	-31.087	-58.112
3.06.01	Receitas Financeiras	7.153	14.108	7.483	13.627
3.06.02	Despesas Financeiras	-32.677	-68.236	-38.570	-71.739
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	128.615	194.990	89.739	163.032
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-44.177	-66.977	-30.811	-57.391
3.08.01	Corrente	-47.018	-70.765	-37.312	-65.906
3.08.02	Diferido	2.841	3.788	6.501	8.515
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	84.438	128.013	58.928	105.641
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	84.438	128.013	58.928	105.641
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,32521	0,49304	0,22696	0,40688

**DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 01/04/2017 à 30/06/2017</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 30/06/2017</b>	<b>Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2016 à 30/06/2016</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 30/06/2016</b>
4.01	Lucro Líquido do Período	84.438	128.013	58.930	105.641
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-370	-742	-353	-744
4.02.01	Despesas com Fundo de Pensão	-370	-742	-353	-744
4.03	Resultado Abrangente do Período	84.068	127.271	58.577	104.897

**DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 30/06/2017</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 30/06/2016</b>
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	161.284	120.823
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-137.862	-136.636
6.01.01.01	Juros Pagos	-56.401	-71.871
6.01.01.02	IR e CS pagos	-81.461	-64.765
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-16.438	-40.817
6.01.02.01	Contas a receber de clientes	-40.413	56.959
6.01.02.02	Tributos a recuperar e diferidos	78.354	67.546
6.01.02.03	Estoques	-114	-493
6.01.02.04	Outros ativos	-8.513	-2.838
6.01.02.05	Fornecedores	21.517	-91.636
6.01.02.06	Obrigações trabalhistas	2.599	2.660
6.01.02.07	Tributos a recolher	-75.491	-66.166
6.01.02.08	Partes relacionadas	1.303	-9.834
6.01.02.09	Obrigações com fundo de pensão	3.717	1.381
6.01.02.10	Outros passivos	1.315	1.140
6.01.02.11	Créditos restituíveis	-712	464
6.01.03	Outros	315.584	298.276
6.01.03.01	Lucro líquido antes IR/CSL	194.990	163.030
6.01.03.02	Amortização do intangível	56.969	53.780
6.01.03.04	Juros, var. monet. e cambiais sobre empréstimo	61.777	63.215
6.01.03.05	Contingências	1.549	4.292
6.01.03.06	Provisão para créditos de liquidação duvidosa	836	13.959
6.01.03.08	Resultado na baixa do intangível	-550	0
6.01.03.09	Baixa líquida de ativo intangível sem venda	13	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-102.165	-103.828
6.02.01	Aquisições do ativo intangível	-102.167	-103.873
6.02.02	Recebimento pela venda do ativo intangível	0	45
6.02.05	Baixa líquida do intangível	2	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-22.791	59.132
6.03.01	Amortização de empréstimo	-12.252	-14.652
6.03.02	Ingressos de empréstimo	0	80.000
6.03.03	IRRF sobre juros capital próprio	-10.539	-6.216
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	36.328	76.127
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	98.093	48.240
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	134.421	124.367

**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2017 à 30/06/2017****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>
5.01	Saldos Iniciais	544.500	2.194	755.623	0	-44.454	1.257.863
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	544.500	2.194	755.623	0	-44.454	1.257.863
5.04	Transações de Capital com os Sócios	43.423	0	-167.700	0	0	-124.277
5.04.01	Aumentos de Capital	43.423	0	-43.423	0	0	0
5.04.06	Dividendos	0	0	-124.277	0	0	-124.277
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	128.013	-742	127.271
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	128.013	0	128.013
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-742	-742
5.05.02.06	Resultado com fundo de pensão	0	0	0	0	-742	-742
5.07	Saldos Finais	587.923	2.194	587.923	128.013	-45.196	1.260.857



**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 30/06/2016****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>
5.01	Saldos Iniciais	442.830	2.194	653.464	0	-24.578	1.073.910
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	442.830	2.194	653.464	0	-24.578	1.073.910
5.04	Transações de Capital com os Sócios	101.670	0	-108.962	0	0	-7.292
5.04.01	Aumentos de Capital	101.670	0	-101.670	0	0	0
5.04.06	Dividendos	0	0	-7.292	0	0	-7.292
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	105.641	-748	104.893
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	105.641	0	105.641
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-748	-748
5.07	Saldos Finais	544.500	2.194	544.502	105.641	-25.326	1.171.511

**DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 30/06/2017</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 30/06/2016</b>
7.01	Receitas	1.973.761	1.757.226
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	1.977.463	1.687.971
7.01.02	Outras Receitas	1.485	1.751
7.01.02.01	Outras Receitas Operacionais	909	1.376
7.01.02.02	Outras Receitas Não Operacionais	576	375
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	0	84.839
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-5.187	-17.335
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-1.485.978	-1.325.826
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-1.148.972	-952.465
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-337.006	-288.522
7.02.04	Outros	0	-84.839
7.02.04.01	Custo ref. a Construção de Ativos Próprios	0	-84.839
7.03	Valor Adicionado Bruto	487.783	431.400
7.04	Retenções	-56.969	-53.780
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-56.969	-53.780
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	430.814	377.620
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	14.108	13.627
7.06.02	Receitas Financeiras	14.108	13.627
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	444.922	391.247
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	444.922	391.247
7.08.01	Pessoal	49.052	45.091
7.08.01.01	Remuneração Direta	35.556	32.661
7.08.01.02	Benefícios	10.727	9.940
7.08.01.03	F.G.T.S.	2.769	2.490
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	194.679	163.608
7.08.02.01	Federais	131.353	107.494
7.08.02.02	Estaduais	62.404	55.271
7.08.02.03	Municipais	922	843
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	73.178	76.908
7.08.03.01	Juros	68.236	71.739
7.08.03.02	Aluguéis	4.942	5.169
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	128.013	105.640
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	128.013	105.640

## Comentário do Desempenho

### Em milhares de Reais

O volume total de gás vendido no segundo trimestre foi de 1.074.937 mil metros cúbicos, com um aumento de 28,9% em comparação ao segundo trimestre de 2016. O mercado convencional, isoladamente, apresentou um aumento de 5,0% frente ao mesmo período de 2016, com um volume total de 388.483 mil metros cúbicos, pelo efeito combinado de maior volume no segmento de GNV e Doméstico e, menor volume consumido pelo segmento comercial e industrial. No mercado termelétrico, foi registrado um incremento em comparação com o segundo trimestre de 2016, com despacho total de 686.454 mil metros cúbicos, 47,9% superior ao mesmo período do ano anterior, devido, principalmente, a redução das chuvas, propiciando a redução dos reservatórios das hidrelétricas, o que fez com que o ONS acionasse mais as UTE's que estão na área de concessão da CEG. O mercado de GNV e doméstico registraram 247.193 metros cúbicos neste trimestre, apresentando um aumento de 10,6% frente ao mesmo período de 2016 e os mercados comercial e industrial apresentaram redução de 3,5% em relação ao mesmo período de 2016, alcançando um volume de 141.290 mil metros cúbicos.

O resultado bruto apurado até o fechamento neste segundo trimestre de 2017 foi de R\$ 237.792 mil, o que representa uma redução de 1,0% em relação ao mesmo período do ano anterior.

A Companhia apresentou no trimestre um lucro líquido de R\$ 58.930 mil, inferior em 12,8% ao obtido no mesmo período do ano anterior, principalmente por maiores despesas operacionais, administrativas e pior resultado financeiro.

O LAJIDA (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortizações) no segundo trimestre de 2017 atingiu o montante de R\$ 120.828 mil contra R\$ 129.534 mil em igual período de 2016.

Neste segundo trimestre de 2017, os investimentos foram realizados principalmente em projetos recorrentes de manutenção e renovação de rede e ramais, saturação de clientes e em projetos de manutenções pontuais. Os investimentos realizados no segundo trimestre de 2017 somaram R\$ 54.744 mil, 11,0% inferior quando comparado com o mesmo período do ano anterior, devido, principalmente, ao menor volume de projetos de remanejamento de rede, saturação de clientes e projetos de manutenção de rede recorrentes.

A Companhia atingiu, ao final do segundo trimestre de 2017, o total de 920 mil clientes o que representa um crescimento de 3,4% comparado ao mesmo período de 2016.

## Notas Explicativas

### **Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG** **Notas explicativas às Informações Trimestrais** **Para o trimestre findo em 30 de junho de 2017** **Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

---

#### **1 Informações gerais**

A Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro – CEG (“CEG” ou “Companhia”) tem como objetivo, no âmbito de sua concessão, operar os serviços públicos de gás, de qualquer tipo e origem, no Estado do Rio de Janeiro e explorar, com exclusividade, a distribuição de gás canalizado, bem como todos os subprodutos resultantes pelo período de trinta anos contados a partir de 21 de julho de 1997 (data da privatização), prorrogáveis a critério exclusivo do Estado do Rio de Janeiro por igual período de tempo e por uma única vez.

A Companhia é uma sociedade anônima sediada no Brasil, na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, controlada pelo grupo GAS NATURAL FENOSA cuja sede é em Barcelona - Espanha, e está registrada na BM&FBOVESPA – Bolsa de Valores de Mercadorias e Futuros.

A área de concessão da CEG inclui a cidade do Rio de Janeiro e os seguintes municípios que integram a sua região metropolitana: Belford Roxo, Duque de Caxias, Guapimirim, Itaboraí, Itaguaí, Japeri, Magé, Mangaratiba, Maricá, Nilópolis, Niterói, Nova Iguaçu, Paracambi, Queimados, São Gonçalo, Tanguá, Seropédica e São João de Meriti.

De acordo com o Edital de Venda PED/ERJ nº 02/1997 e com o contrato de concessão, a CEG deverá cumprir determinações requeridas pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro (Poder Concedente). O não cumprimento das referidas determinações sujeitará a Companhia a penalidades que vão desde a advertência até a extinção da concessão.

As principais determinações são:

- realizar, por sua conta e risco, as obras ou outras intervenções necessárias à prestação dos serviços concedidos, mantendo e repondo os bens e operando as instalações e equipamentos, de modo a assegurar a qualidade dos serviços;
- manter as instalações e equipamentos existentes e futuros, promover o registro e inventário permanente dos bens vinculados à concessão, zelando pela integridade dos mesmos;
- manter cobertura de seguros, por valores adequados de reposição, dos bens vinculados à concessão, contratando, pelo menos, os seguros de danos materiais e de responsabilidade civil por danos causados a terceiros;
- captar, aplicar e gerir os recursos financeiros necessários à adequada prestação dos serviços;
- indenizar os danos decorrentes da prestação dos serviços;
- atingir as metas de qualidade e segurança, constantes do Anexo II ao Contrato de Concessão, nos prazos e condições fixados;
- manter em operação o Instituto de Seguridade Social da CEG - GASIUS;
- manter, a todo e qualquer tempo, a sede da Companhia no Estado do Rio de Janeiro; e
- cumprir integralmente o acordo coletivo de trabalho vigente, durante o prazo nele estipulado.

A Companhia entende que as determinações estipuladas no contrato de concessão mencionadas acima têm sido cumpridas adequadamente.

Na hipótese de extinção da concessão, a Companhia seria indenizada pelo valor residual dos bens integrantes da concessão (Nota 12).

## Notas Explicativas

**Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG**  
**Notas explicativas às Informações Trimestrais**  
**Para o trimestre findo em 30 de junho de 2017**  
**Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

---

Os Diretores responsáveis por elaborar as informações trimestrais, nos termos da lei, concordaram com a sua emissão no dia 10 de agosto de 2017.

### **2 Resumo das principais políticas contábeis**

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas informações trimestrais estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos períodos apresentados, salvo disposição em contrário.

#### **2.1 Base de preparação**

As informações trimestrais estão sendo apresentadas em conformidade com as normas da Comissão de Valores Mobiliários e com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das informações trimestrais, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

#### **2.2 Políticas contábeis**

Nas informações trimestrais, as políticas contábeis estão sendo apresentadas de forma consistente às práticas contábeis adotadas nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2016. Por isso, essas informações trimestrais devem ser lidas em conjunto com as informações divulgadas nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

Em relação as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2016, não estão sendo apresentadas neste relatório trimestral as seguintes políticas contábeis:

- . Resumo das principais políticas contábeis;
- . Estimativas e julgamentos contábeis críticos; e
- . Cobertura de seguros.

#### **2.3 Notas explicativas não apresentadas**

As informações trimestrais estão sendo apresentadas em conformidade com o CPC 21 (R1), com o IAS 34 e com as normas expedidas pela CVM. Baseados nessa faculdade e na avaliação da administração sobre os impactos relevantes das informações a serem divulgadas, as notas explicativas descritas acima não estão sendo apresentadas. As demais estão sendo apresentadas de forma a permitir o perfeito entendimento dessas informações trimestrais se lidas em conjunto com as notas explicativas divulgadas nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2016.

### **3 Gestão de risco financeiro**

#### **3.1 Fatores de risco financeiro**

As atividades da Companhia a expõem aos seguintes principais riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de taxa de juros de valor justo, risco de taxa de juros de fluxo de caixa e risco de preço), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco da Companhia se

## Notas Explicativas

### **Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG** **Notas explicativas às Informações Trimestrais** **Para o trimestre findo em 30 de junho de 2017** **Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

---

concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia

A gestão de risco é realizada pela Diretoria Financeira da Companhia, segundo as políticas discutidas pelo Conselho de Administração. A Diretoria Financeira da Companhia identifica, avalia e aplica política de proteção contra eventuais riscos financeiros. O Conselho de Administração estabelece princípios, para a gestão de risco, bem como para áreas específicas, como risco cambial, risco de taxa de juros, risco de crédito, uso de instrumentos financeiros derivativos e não derivativos e investimento de excedentes de caixa.

A Companhia não está exposta ao risco de volatilidade no preço do gás distribuído, uma vez que as tarifas aplicadas são autorizadas pelo Poder Concedente e levam em consideração o aumento dos custos do gás distribuído. Além disso, embora o custo do gás adquirido para distribuição esteja atrelado ao dólar estadunidense, oscilações averiguadas na margem de contribuição estipulada são revisadas e aplicadas a cada revisão tarifária efetuada.

A Companhia tem os juros de seus empréstimos indexados ao CDI e TJLP. O risco associado é oriundo da possibilidade de ocorrer perdas resultantes de flutuações nas taxas de juros que podem aumentar as despesas financeiras relativas aos empréstimos e financiamentos contratados. A Companhia monitora continuamente as flutuações das taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de operações de derivativos para proteger, parte ou total de seus empréstimos, contra o risco de volatilidade dessas taxas.

Em 30 de junho de 2017, não existia nenhum instrumento financeiro derivativo contratado.

(a) **Risco de mercado**

(i) **Risco cambial**

O risco cambial, quando aplicável, decorre de operações de empréstimos indexadas a moeda estrangeira, notadamente operações em relação ao dólar dos Estados Unidos. A política adotada está descrita no item 3.1 acima.

(ii) **Risco com taxa de juros**

O risco associado é oriundo da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas resultantes de flutuações nas taxas de juros que aumentam as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado.

A Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de operações para proteger-se contra o risco de volatilidade dessas taxas.

(b) **Risco de crédito**

A política de vendas da Companhia considera o nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A concentração de risco de crédito com respeito às contas a receber é minimizada devido à grande base de clientes. Adicionalmente, em caso de inadimplência no pagamento de faturas, a distribuição do gás é paralisada nos prazos descritos na Nota 7. Uma provisão para contas de cobrança duvidosa é estabelecida em relação àqueles que a administração acredita que não serão recebidos integralmente.

(c) **Risco de liquidez**

## Notas Explicativas

**Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG**  
**Notas explicativas às Informações Trimestrais**  
**Para o trimestre findo em 30 de junho de 2017**  
**Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

---

É o risco de a Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

O passivo circulante está superior ao ativo circulante em função da transferência de dívida de longo prazo para curto prazo, com vencimento inferior a 12 meses, que será objeto de refinanciamento ao longo do exercício. Não observamos riscos ao refinanciamento uma vez que a CEG goza de boa avaliação creditícia. Em comparação com outras atividades empresariais, as concessionárias de distribuição de gás natural canalizado se diferenciam por não possuírem estoques de gás, o que reduz o ativo circulante.

Para administrar a liquidez do caixa, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de Tesouraria.

A tabela abaixo analisa os passivos financeiros da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento.

Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

	<u>Menos de um ano</u>	<u>Entre um e dois anos</u>	<u>Entre dois e cinco anos</u>
<b>Em 30 de junho de 2017</b>			
Empréstimos e financiamentos	211.061	560.047	366.522
Fornecedores	248.928	277	527
<b>Em 31 de dezembro de 2016</b>			
Empréstimos e financiamentos	457.287	566.918	70.487
Fornecedores	227.431	455	329

Observações:

- (i) Como os valores incluídos na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratuais, esses valores não serão conciliados com os valores divulgados no balanço patrimonial para empréstimos.
- (ii) As faixas de vencimento apresentadas não são determinadas pela norma, e sim, baseadas em uma opção da administração.
- (iii) A análise dos vencimentos aplica-se somente aos instrumentos financeiros e, portanto, não estão incluídas as obrigações decorrentes de legislação.

Do montante de longo prazo demonstrado anteriormente, a Companhia não pretende realizar antecipações.

**(d) Análise de sensibilidade à variação das taxas do CDI e TJLP**

A Companhia mantém grande parte de sua dívida e das suas disponibilidades indexadas às variações do CDI e TJLP (somente financiamento). Em 30 de junho de 2017, a Companhia apresentava uma dívida líquida de R\$ 795.195, representada pelo valor dos empréstimos e financiamentos, líquidos de caixa e aplicações financeiras.

## Notas Explicativas

### Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG Notas explicativas às Informações Trimestrais Para o trimestre findo em 30 de junho de 2017 Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A expectativa de mercado, conforme dados divulgados pelo Banco Central do Brasil (Relatório Focus), com data base de 30 de junho de 2017, indicava uma taxa Selic de 8,5%. A TJLP estimada é de 7,00%, cenário provável para o ano de 2017.

Adicionalmente, a Administração efetuou testes de sensibilidade para cenários adversos, deterioração das taxas em 25% ou 50% superiores ao cenário provável (julgado pela Administração), conforme demonstrado no quadro abaixo:

Operação	Cenário provável	Cenário I Deterioração 25%	Cenário II Deterioração 50%
Taxa efetiva anual do CDI em 30/06/2017 - %	10,14	10,14	10,14
Dívida líquida - bancos	772.593	772.593	772.593
Taxa anual estimada do CDI em 30/06/2017 - %	8,50	10,63	12,75
Despesa financeira	(12.671)	3.747	20.165
IR E CS	(4.308)	1.274	6.856
<b>DESPESA (RECEITA) FINANCEIRA DEPOIS DO IMPOSTO</b>	<b>(8.363)</b>	<b>2.473</b>	<b>13.309</b>

Operação	Cenário provável	Cenário I Deterioração 25%	Cenário II Deterioração 50%
Taxa TJLP em 30/06/2017 - %	7,00	7,00	7,00
Dívida líquida - BNDES	22.601	22.601	22.601
Taxa TJLP estimada em 30/06/2017 - %	7,00	8,75	10,50
Despesa financeira	-	396	791
IR E CS	-	134	269
<b>DESPESA (RECEITA) FINANCEIRA DEPOIS DO IMPOSTO</b>	<b>-</b>	<b>261</b>	<b>522</b>

### 3.2 Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

Os índices de alavancagem financeira em 30 de junho de 2017 e 31 de dezembro de 2016 podem ser assim sumariados:

	<u>30/06/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Total dos empréstimos e financiamentos (Nota 15)	929.616	938.289
Menos: caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	(134.421)	(98.093)
Dívida líquida	795.195	840.196
Total do patrimônio líquido	<u>1.260.857</u>	<u>1.257.864</u>



## Notas Explicativas

**Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG**  
**Notas explicativas às Informações Trimestrais**  
**Para o trimestre findo em 30 de junho de 2017**  
**Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

Total do capital próprio e de terceiros	<u>2.056.052</u>	<u>2.098.060</u>
Índice de alavancagem financeira - %	39	40

O índice de alavancagem financeira no 2º trimestre de 2017 se manteve estável em comparação com o último ano. Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos. A Companhia considera como ponto de equilíbrio um índice de alavancagem financeira de até 50%, sendo assim, o índice de 2017 está dentro da expectativa da Administração.

A política da Companhia de buscar financiamentos preferencialmente junto a entidades multilaterais como o BNDES, tem colaborado para que a Companhia mantenha os custos financeiros alinhados com o retorno esperado de seus projetos. As necessidades de caixa são supridas e administradas com empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo com entidades financeiras (Nota 15).

A Companhia não tem encontrado dificuldades para refinanciar seus empréstimos e financiamentos, bem como para a captação de novos recursos junto às instituições bancárias.

### 3.3 Instrumentos financeiros

#### (a) Identificação e valorização dos instrumentos financeiros

A Companhia opera com alguns instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, incluindo aplicações financeiras, contas a receber de clientes, fornecedores e empréstimos e financiamentos. Quando aplicável, a Companhia opera com instrumentos financeiros derivativos, especialmente operações de *swap*.

Não foram contratadas operações com instrumentos derivativos.

Considerando a natureza dos instrumentos, excluindo-se os instrumentos financeiros derivativos, o valor justo é basicamente determinado pela aplicação do método do fluxo de caixa descontado. Os valores registrados no ativo e no passivo circulante têm liquidez imediata ou vencimento, em sua maioria, em prazos inferiores a três meses. Considerando o prazo e as características desses instrumentos, que são sistematicamente renegociados, os valores a custo amortizado aproximam-se dos valores justos.

#### (b) Política de gestão de riscos financeiros

A Companhia segue uma política de gerenciamento de risco, que orienta em relação a transações e requer a diversificação de transações e contrapartidas. Nos termos dessa política, a natureza e a posição geral dos riscos financeiros é regularmente monitorada e gerenciada a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa. Também são revistos, periodicamente, os limites de crédito e a qualidade do *hedge* das contrapartes. Além disso, os riscos de mercado são protegidos quando é considerado necessário suportar a estratégia corporativa ou quando é necessário manter o nível de flexibilidade financeira.

O Conselho de Administração auxilia a Diretoria Financeira a examinar e revisar informações relacionadas com o gerenciamento de risco, incluindo políticas significativas, procedimentos e práticas aplicadas no gerenciamento de risco. Nas condições da política de gerenciamento de riscos, a Companhia administra alguns dos riscos por meio da utilização de instrumentos derivativos, que geralmente proíbem negociações especulativas e venda a descoberto.

**Notas Explicativas**

**Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG**  
**Notas explicativas às Informações Trimestrais**  
**Para o trimestre findo em 30 de junho de 2017**  
**Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

**4 Instrumentos financeiros por categoria**

	<u>30/06/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
<b><u>Empréstimos e recebíveis</u></b>		
Caixa e equivalentes de caixa	134.421	98.093
Contas a receber de clientes	431.564	391.987
Contas a receber de partes relacionadas	1.930	1.767
Demais contas a receber	3.799	3.655
Cessão de crédito	6.593	5.881
	<u>578.258</u>	<u>501.383</u>
	<u>30/06/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
<b><u>Outros passivos financeiros</u></b>		
Empréstimos e financiamentos	929.616	938.289
Contas a pagar de partes relacionadas	4.701	3.235
Demais contas a pagar	11.655	10.340
Fornecedores	249.732	228.215
	<u>1.195.084</u>	<u>1.180.079</u>

**5 Qualidade do crédito dos ativos financeiros**

A qualidade do crédito dos ativos financeiros que não estão vencidos ou *impaired* pode ser avaliada mediante referência às classificações externas de crédito (se houver) ou às informações históricas sobre os índices de inadimplência de contrapartes. A Companhia concentra 100% do volume de caixa e equivalente de caixa em bancos de primeira linha.

**6 Caixa e equivalentes de caixa**

	<u>30/06/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Caixa	85	93
Bancos	56.037	44.873
Aplicações financeiras	78.299	53.127
	<u>134.421</u>	<u>98.093</u>

Aplicações financeiras referem-se a certificados de depósitos bancários remunerados à taxa média de 100% do CDI, com possibilidade de resgate imediato.

**7 Contas a receber de clientes**

Estão compostas por créditos decorrentes de fornecimento de gás (faturados e a faturar), prestação de serviços e vendas de equipamentos como demonstrado a seguir:

	<u>30/06/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
<b>Faturado</b>		
Consumidores		
Do setor privado	348.160	277.056
Do setor público	13.149	11.918

**Notas Explicativas**

**Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG**  
**Notas explicativas às Informações Trimestrais**  
**Para o trimestre findo em 30 de junho de 2017**  
**Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

	<u>361.309</u>	<u>288.974</u>
<b>Não faturado</b>		
Consumidores		
Do setor privado	104.704	136.692
Do setor público	<u>2.089</u>	<u>2.086</u>
	<u>106.793</u>	<u>138.778</u>
Vendas de equipamentos	<u>11.859</u>	<u>11.796</u>
	479.961	439.548
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	<u>(48.397)</u>	<u>(47.561)</u>
	<u>431.564</u>	<u>391.987</u>

A análise de vencimentos do contas a receber está apresentada abaixo:

	<u>30/06/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
A vencer		
Faturado	291.069	214.112
Não faturado	106.793	138.778
Vencidas		
Até três meses	26.048	32.602
De três a seis meses	7.654	6.495
Acima de seis meses (a)	<u>48.397</u>	<u>47.561</u>
	<u>479.961</u>	<u>439.548</u>

(a) A totalidade dos créditos com clientes que possuem débitos vencidos há mais de seis meses é objeto de provisão para créditos de liquidação duvidosa. Após 30 dias de atraso no pagamento da fatura, os clientes residenciais e comerciais, têm o fornecimento de gás paralisado. Para os clientes industriais, o fornecimento é suspenso em 10 dias.

A movimentação na provisão para créditos de liquidação duvidosa segue demonstrada abaixo:

	<u>30/06/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Em 1º de janeiro	47.561	38.859
Provisão para impairment de contas a receber	17.656	52.292
Recuperação de provisão para impairment de contas a receber	<u>(16.820)</u>	<u>(43.590)</u>
Em 30 de junho de 2017	<u>48.397</u>	<u>47.561</u>

A exposição máxima ao risco de crédito na data da apresentação das demonstrações financeiras é o valor contábil das contas a receber demonstrada acima.

**8 Tributos a recuperar**

**Notas Explicativas**

**Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG**  
**Notas explicativas às Informações Trimestrais**  
**Para o trimestre findo em 30 de junho de 2017**  
**Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

	<u>30/06/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
PIS e COFINS (a)	16.012	13.731
FINSOCIAL (b)	13.136	13.136
ICMS a recuperar (c)	13.070	20.435
Contribuição Social (d)	15.732	11.738
Imposto de renda retido na fonte	2.793	2.632
Outros	<u>4.625</u>	<u>4.759</u>
	<u>65.368</u>	<u>66.431</u>
Circulante	<u>(40.989)</u>	<u>(34.526)</u>
Não circulante	<u>24.379</u>	<u>31.905</u>

- (a) Refere-se a valores estimados de crédito de PIS e COFINS sobre aquisição do gás da Petrobras, que é estornado no mês subsequente ao fornecimento do gás, no momento do registro da nota fiscal de entrada emitida pela Petrobras. O aproveitamento do crédito do PIS e COFINS é realizado somente após o registro da nota fiscal, não sendo utilizado os valores estimados.
- (b) Refere-se, substancialmente, a créditos do processo do FINSOCIAL, transitado em julgado com expectativa de realização a longo prazo (Nota 20(a(ii))).
- (c) Refere-se, substancialmente, a ICMS a recuperar decorrente de aquisições do ativo intangível, no montante de R\$ 3.941 (R\$ 3.520 em 31 de dezembro de 2016), sendo R\$ 1.827 com expectativa de realização a curto prazo e R\$ 2.114 com expectativa a longo prazo, além de R\$ 9.129 (R\$ 8.466 em 31 de dezembro de 2016) referentes a créditos de ICMS sobre patrocínios acumulados.
- (d) Refere-se a antecipações mensais de contribuição social.

**9 Ativos fiscais diferidos**

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são calculados sobre as diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação dos tributos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

**(a) Composição**

	<u>30/06/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Imposto de renda e contribuição social diferidos	<u>108.867</u>	<u>104.697</u>
	<u>108.867</u>	<u>104.697</u>

**Notas Explicativas**

**Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG**  
**Notas explicativas às Informações Trimestrais**  
**Para o trimestre findo em 30 de junho de 2017**  
**Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são calculados sobre os seguintes eventos:

	<u>30/06/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Obrigações de fundo de pensão	65.672	63.774
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	7.728	7.420
Provisão para contingências	22.924	21.787
AVP Financeiro	4.140	4.491
Mudança de prática - novos CPCs (*)	(4.984)	(4.947)
Provisão de fornecedores	8.853	7.139
Outras	<u>4.534</u>	<u>5.033</u>
Ativo não circulante	<u>108.867</u>	<u>104.697</u>

(\*) Os itens das mudanças de prática são:

	<u>30/06/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Receita de ajuste a valor presente	(957)	(936)
Juros e variação monetária Gasius (nota 19)	<u>(4.027)</u>	<u>(4.011)</u>
	<u>(4.984)</u>	<u>(4.947)</u>

**(b) Movimentação**

A movimentação do imposto de renda e contribuição social diferidos é demonstrada como segue:

	<u>IR e CS diferidos ativos sobre</u>							
	<u>Obrigações de fundo de pensão</u>	<u>Provisão para devedores duvidosos</u>	<u>Provisão para contingências</u>	<u>AVP Financeiro</u>	<u>Mudanças de práticas</u>	<u>Fornecedores</u>	<u>Outras provisões</u>	<u>Total</u>
<b>Em 31 de dezembro de 2016</b>	63.774	7.420	21.787	4.491	(4.947)	7.139	5.033	104.697
Creditado (debitado) na demonstração do resultado	1.516	308	1.137	(351)	(37)	1.714	(499)	3.788
Creditado (debitado) no patrimônio líquido	<u>382</u>							<u>382</u>
<b>Em 30 de junho de 2017</b>	<u>65.672</u>	<u>7.728</u>	<u>22.924</u>	<u>4.140</u>	<u>(4.984)</u>	<u>8.853</u>	<u>4.534</u>	<u>108.867</u>

**(c) Realização**

Os ativos fiscais diferidos referem-se a diferenças temporárias, sendo que os mesmos serão aproveitados à medida que as respectivas provisões que serviram de base para a constituição do imposto ativo sejam realizadas.

A Companhia possui projeções de realizar os créditos até 2023, conforme demonstrado a seguir:

2017	24.393
2018	19.846
2019	19.008
2020	19.008

**Notas Explicativas**

**Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG**  
**Notas explicativas às Informações Trimestrais**  
**Para o trimestre findo em 30 de junho de 2017**  
**Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

2021	19.008
2022	3.802
2023	3.802
	<u>108.867</u>

Como a base tributável do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido decorre não apenas do lucro que pode ser gerado, mas também da existência de receitas não tributáveis, despesas não dedutíveis, incentivos fiscais e outras variáveis, não existe uma correlação imediata entre o lucro líquido da Companhia e o resultado de imposto de renda e contribuição social.

Portanto, a expectativa da utilização dos créditos fiscais não deve ser tomada como único indicativo de resultados futuros da Companhia.

**10 Transação com partes relacionadas**

	<u>Ativo circulante</u>	<u>Passivo Circulante</u>	<u>Passivo não circulante</u>	<u>Receitas</u>	<u>Despesas</u>
A receber/pagar					
Gas Natural SDG, S.A.	266	223	-	11	3.995
Gás Natural Serviços Integrales	-	150	-	48	432
Gás Fenosa Engineering	-	-	-	127	-
CEG Rio S.A.	1.603	-	-	8.720	-
Gás Natural São Paulo Sul S.A.	32	-	-	198	-
Gás Natural Serviços S.A.	27	4.326	-	1.834	-
Gás Natural do Brasil S.A.	2	-	-	9	212
	<u>1.930</u>	<u>4.699</u>	-	<u>10.947</u>	<u>4.639</u>
Empréstimos e financiamentos					
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES (Nota 15)	-	24.527	1.896	-	-
Em 30 de junho de 2017	<u>1.930</u>	<u>29.227</u>	<u>1.896</u>	<u>10.947</u>	<u>4.639</u>
Em 31 de dezembro de 2016	<u>1.767</u>	<u>27.815</u>	<u>14.160</u>	<u>21.896</u>	<u>16.508</u>

Os saldos a receber e a pagar com partes relacionadas referem-se, substancialmente, a prestação de serviços de informática, aluguéis de hardware e ressarcimento de custos relacionados à cessão de mão de obra, e também a cessão de crédito.

**Remuneração do pessoal chave da administração**

O pessoal-chave da administração inclui os conselheiros, diretores e membros do comitê executivo. A remuneração paga ou a pagar por serviços de empregados está demonstrada a seguir:

	<u>30/06/2017</u>	<u>30/06/2016</u>
Salários e encargos	1.773	1.994
Honorários de diretoria	1.727	1.980
Planos de aposentadoria e pensão	63	56

**Notas Explicativas**

**Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG**  
**Notas explicativas às Informações Trimestrais**  
**Para o trimestre findo em 30 de junho de 2017**  
**Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

Outros benefícios	<u>255</u>	<u>291</u>
	<u>3.818</u>	<u>4.321</u>

**11 Depósitos judiciais**

	<u>30/06/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
ICMS (a)	3.728	3.620
INSS (a)	20.455	19.910
Imposto de renda	5.539	5.187
Processo Administrativo - SRF (b)	7.512	7.303
CIDE (c)	13.425	13.207
Penhora Judicial (d)	20.661	17.926
Trabalhistas (e)	28.381	25.824
Outros	<u>7.683</u>	<u>8.062</u>
	<u>107.384</u>	<u>101.039</u>

- (a) Refere-se a depósitos para recursos de autos de infração de ICMS e INSS. A correspondente provisão não foi registrada, pois a administração e seus consultores jurídicos julgam que os autos são improcedentes.
- (b) Refere-se a depósito para obtenção, junto à Secretaria da Receita Federal, de Certidão Positiva com efeito de Negativa, tendo em vista se tratar de cobrança por suposta falta de recolhimento de PIS incluído da Declaração de Débitos e Créditos Federais - DCTF. A correspondente provisão não foi registrada, pois a administração e seus consultores jurídicos julgam que os autos são improcedentes. Foi feito um pedido de liminar em Mandado de Segurança para a suspensão da exigibilidade do tributo para obtenção da Certidão Fiscal.
- (c) Refere-se a Contribuição sobre Intervenção de Domínio Econômico - CIDE (Nota 20(a)).
- (d) Refere-se a penhoras em ações trabalhistas (R\$ 11.065) e cíveis (R\$ 9.596).
- (e) Refere-se a depósitos para recursos de processos trabalhistas de ex-funcionários e terceirizados. Devido a quantidade de processos não há o que destacar já que os valores estão pulverizados.

**12 Intangível**

## Notas Explicativas

**Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG**  
**Notas explicativas às Informações Trimestrais**  
**Para o trimestre findo em 30 de junho de 2017**  
**Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

	Concessão para exploração de serviços públicos (a)	Servidões de Passagem (b)	Software	Contrato de concessão (c)	Total em Operação	Contrato de Concessão em andamento	Software em Desenvolvimento (d)	Total
<b>Saldos em 1 de janeiro de 2016</b>	<b>127.677</b>	<b>459</b>	<b>10.017</b>	<b>1.445.783</b>	<b>1.583.936</b>	<b>252.978</b>	<b>33.979</b>	<b>1.870.893</b>
Aquisição			7.862	43.239	51.101	192.630	5.318	249.049
Baixa líquida				(552)	(552)			(552)
Transferência para intangível em operação			17.532	270.021	287.553	(270.021)	(17.532)	-
Amortização	(11.475)	(147)	(6.456)	(78.961)	(97.039)			(97.039)
<b>Saldos em 31 de Dezembro de 2016</b>	<b>116.202</b>	<b>312</b>	<b>28.955</b>	<b>1.679.530</b>	<b>1.824.999</b>	<b>175.587</b>	<b>21.765</b>	<b>2.022.351</b>
Custo total	136.735	3.628	109.898	2.661.086	2.911.347	175.587	21.765	3.108.699
Amortização acumulada	(20.533)	(3.316)	(80.943)	(981.556)	(1.086.348)	-	-	(1.086.348)
Valor residual	116.202	312	28.955	1.679.530	1.824.999	175.587	21.765	2.022.351
<b>Saldos em 1 de janeiro de 2017</b>	<b>116.202</b>	<b>312</b>	<b>28.955</b>	<b>1.679.530</b>	<b>1.824.999</b>	<b>175.587</b>	<b>21.765</b>	<b>2.022.351</b>
Aquisição			1.019	17.832	18.851	83.816	50	102.717
Baixa líquida				(15)	(15)			(15)
Transferência para intangível em operação			17.690	94.570	112.260	(94.570)	(17.690)	-
Amortização	(5.319)	(72)	(4.943)	(42.870)	(53.204)			(53.204)
<b>Saldos em 30 de junho de 2017</b>	<b>110.882</b>	<b>239</b>	<b>42.720</b>	<b>1.749.047</b>	<b>1.902.893</b>	<b>164.832</b>	<b>4.126</b>	<b>2.071.850</b>
Custo total	136.735	3.628	128.606	2.773.472	3.042.444	164.832	4.126	3.211.402
Amortização acumulada	(25.852)	(3.388)	(85.886)	(1.024.425)	(1.139.552)	-	-	(1.139.552)
Valor residual	110.882	240	42.720	1.749.047	1.902.892	164.832	4.126	2.071.850
Taxas anuais de amortização (%)	6,7	5, 6, 7	20					

(a) Contrato para exploração de serviços públicos, possui um custo de aquisição no valor de R\$ 152.490 referente ao aditivo contratual firmado entre a Companhia e o Estado do Rio de Janeiro em 1º de dezembro de 2014, onde a Companhia passa a deter o direito de abastecer as regiões de Mangaratiba e Maricá com GNC/GNL.

(b) Servidões de passagem são custos necessários para utilização, pela Companhia, de propriedades de terceiros para passagens da rede de distribuição.

(c) Contrato de concessão é composto da seguinte forma:



## Notas Explicativas

## Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG

Notas explicativas às Informações Trimestrais  
Para o trimestre findo em 30 de junho de 2017

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Terrenos	Edificações e obras civis		Instalações	Máquinas e Equipamentos		Equipamentos de informática			Veículos	Rede de Gás	Outros	Total Contrato de Concessão
					Hardware	Utensílios							
<b>Saldo em 1 de janeiro de 2016</b>	<b>1.890</b>	<b>8.646</b>	<b>1.651</b>	<b>15.060</b>	<b>5.102</b>	<b>8.301</b>	<b>5.077</b>	<b>1.396.232</b>	<b>3.821</b>	<b>1.445.783</b>			
Aquisição				2.592	2.675	1.006	1.881	33.176	1.909	43.239			
Baixa líquida		(60)					(114)	(377)		(552)			
Transferência para intangível em operação		(609)	(85)	(3.105)	(1.584)	(1.182)	(1.687)	270.021	(2.518)	270.021			
Amortização								(68.189)		(78.961)			
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>1.890</b>	<b>7.977</b>	<b>1.565</b>	<b>14.547</b>	<b>6.194</b>	<b>8.125</b>	<b>5.157</b>	<b>1.630.862</b>	<b>3.211</b>	<b>1.679.530</b>			
Custo total	1.890	34.441	11.569	116.726	30.654	19.245	20.056	2.414.714	11.787	2.661.085			
Depreciação acumulada	-	(26.464)	(10.004)	(102.180)	(24.460)	(11.120)	(14.899)	(783.852)	(8.577)	(981.556)			
Valor contábil atual	1.890	7.977	1.565	14.547	6.194	8.125	5.157	1.630.862	3.211	1.679.530			
<b>Saldo em 1 de janeiro de 2017</b>	<b>1.890</b>	<b>7.977</b>	<b>1.565</b>	<b>14.547</b>	<b>6.194</b>	<b>8.125</b>	<b>5.157</b>	<b>1.630.862</b>	<b>3.211</b>	<b>1.679.530</b>			
Aquisição		-		453	129		(2)	17.250		17.832			
Baixa líquida								(13)		(15)			
Transferência para intangível em operação		(330)	(41)	(1.656)	(977)	(621)	(886)	94.570	(1.238)	94.570			
Amortização								(37.121)		(42.870)			
<b>Saldo em 30 de junho de 2017</b>	<b>1.890</b>	<b>7.646</b>	<b>1.524</b>	<b>13.344</b>	<b>5.345</b>	<b>7.504</b>	<b>4.269</b>	<b>1.705.550</b>	<b>1.973</b>	<b>1.749.047</b>			
Custo total	1.890	34.441	11.569	117.180	30.782	19.245	20.054	2.526.522	11.787	2.773.472			
Depreciação acumulada	-	(26.795)	(10.045)	(103.835)	(25.438)	(11.741)	(15.785)	(820.973)	(9.814)	(1.024.425)			
Valor contábil atual	1.890	7.646	1.524	13.344	5.345	7.504	4.269	1.705.550	1.973	1.749.047			
Taxas anuais de depreciação (%)		4	30 a 20	10 e 20	20	10	20	30		Diversas			

## Notas Explicativas

### Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG

#### Notas explicativas às Informações Trimestrais

#### Para o trimestre findo em 30 de junho de 2017

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(d) Software em desenvolvimento refere-se a gastos com modernização, melhoria e adaptações de sistemas informatizados.

Os juros capitalizados no período findo em 30 de junho de 2017 foram de R\$ 8.626 (R\$ 21.665 em 31 de dezembro de 2016) à taxa média de 13,52% (15,24% em 31 de dezembro de 2016).

### 13 Diferido

	Conversão	Captação de Clientes	Outros	Total
<b>Saldos em 1 de janeiro de 2016</b>	<b>5.095</b>	<b>14.422</b>	-	<b>19.517</b>
Aquisição				-
Amortização	(4.042)	(7.597)		(11.639)
<b>Saldos em 31 de Dezembro de 2016</b>	<b>1.053</b>	<b>6.825</b>	<b>0</b>	<b>7.878</b>
Custo total	237.719	200.920	1.109	439.748
Amortização acumulada	(236.666)	(194.095)	(1.109)	(431.870)
Valor residual	1.053	6.825	-	7.878
<b>Saldos em 1 de janeiro de 2017</b>	<b>1.053</b>	<b>6.825</b>	<b>0</b>	<b>7.878</b>
Aquisição				-
Amortização	(920)	(2.844)		(3.764)
<b>Saldos em 30 de junho de 2017</b>	<b>133</b>	<b>3.981</b>	<b>0</b>	<b>4.114</b>
Custo total	237.719	200.920	1.109	439.748
Amortização acumulada	(237.586)	(196.939)	(1.109)	(435.634)
Valor residual	133	3.981	0	4.114
Taxas anuais de amortização (%)	10	10	10	

Os gastos são compostos por duas atividades:

- Projeto de conversão de gás manufaturado para gás natural, que engloba os gastos de revisão das instalações internas e dos equipamentos a gás, de propriedade do cliente, e a transformação de equipamentos a gás manufaturado, a fim de deixá-los aptos ao uso do gás natural.
- Adequação das instalações de gás a partir do medidor, a fim de deixá-las aptas ao uso do gás natural, conforme estabelece o Regulamento de Instalações Prediais (RIP).

Conforme permitido pela Lei nº 11.941/09 e pelo CPC 13, o saldo remanescente do ativo diferido em 31 de dezembro de 2008 que não pôde ser alocado ao ativo imobilizado e intangível permanecerá no ativo sob essa classificação até sua completa amortização, porém sujeito à análise periódica de sua recuperação.

### 14 Fornecedores

15 de 32

**Notas Explicativas**

**Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG**  
**Notas explicativas às Informações Trimestrais**  
**Para o trimestre findo em 30 de junho de 2017**  
**Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

	<u>30/06/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
De gás	191.659	173.554
De materiais	7.415	6.882
De serviços	<u>50.658</u>	<u>47.779</u>
	<u>249.732</u>	<u>228.215</u>

**15 Empréstimos e financiamentos**

	<u>30/06/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
<b>Empréstimos e financiamentos</b>		
Financiamentos	26.422	38.739
Linhas de crédito	<u>903.194</u>	<u>899.550</u>
	<u>929.616</u>	<u>938.289</u>
<b>Total do passivo</b>		
Circulante	414.566	426.934
Não circulante	<u>515.050</u>	<u>511.355</u>
	<u>929.616</u>	<u>938.289</u>

O valor justo dos empréstimos atuais é equivalente ao seu valor contábil, uma vez que o impacto do desconto não é significativo. Os valores justos baseiam-se no saldo de empréstimos atualizados a taxa de juros do respectivo contrato de empréstimo até a presente data.

A composição dos empréstimos e financiamentos pode ser assim demonstrada:

		<u>30/06/2017</u>		<u>31/12/2016</u>		
	<u>Fn (*)</u>	<u>Lc (*)</u>	<u>Curto prazo</u>	<u>Longo prazo</u>	<u>Curto prazo</u>	<u>Longo prazo</u>
<b>(a) Em moeda nacional</b>						
Banco Bradesco S.A.		100%	159.492	210.000	280.866	100.000
Banco de Tokyo-Mitsubishi UFJ Brasil S.A.		100%	81.925	80.000	37.889	120.000
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES	100%		24.527	1.896	24.580	14.160
Banco Santander S.A.		100%	57.639	68.354		117.927
ING Bank		100%	6.154	50.000	2.809	50.000
Banco do Brasil S.A.		100%			48.969	
Banco Intesa San Paolo		100%	52.305			49.268
Banco Itaú		100%	1.077	44.800		
Banco Scotiabank		100%	<u>31.447</u>	<u>60.000</u>	<u>31.821</u>	<u>60.000</u>
<b>Total empréstimos e financiamentos</b>			<u>414.566</u>	<u>515.050</u>	<u>426.934</u>	<u>511.355</u>

**Notas Explicativas**

**Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG**  
**Notas explicativas às Informações Trimestrais**  
**Para o trimestre findo em 30 de junho de 2017**  
**Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

(\*) Fn - Financiamento, Lc - Linha de Crédito.

Os empréstimos e financiamentos estão representados por recursos captados para utilização no incremento das operações da Companhia, principalmente nos projetos de conversão de rede e de obtenção de novos clientes. A Companhia encerrou o 2º trimestre de 2017 com um custo médio de captação de 107% do CDI (103% em 31 de dezembro de 2016).

As operações de linha de crédito servem para financiamento de capital de giro sendo renegociadas durante o ano, com custo médio de captação de 121% do CDI ao ano, e não tem garantias oferecidas e cláusulas de covenants.

O vencimento dos empréstimos a longo prazo é o seguinte:

	<u>30/06/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
2018	260.250	461.355
2019	50.000	50.000
2020	<u>204.800</u>	<u>          </u>
	<u>515.050</u>	<u>511.355</u>

A Companhia possui, ainda, linhas de crédito não utilizadas no montante de R\$ 30.000.

**16 Tributos a recolher**

	<u>30/06/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
ICMS	24.458	20.282
Imposto de renda a pagar	30.293	38.791
COFINS	7.335	8.293
PIS	1.574	1.768
CS/PIS/COFINS terceiros	1.413	1.858
INSS terceiros	908	2.038
ISS terceiros	806	1.325
Outros	<u>3.909</u>	<u>4.855</u>
	<u>70.696</u>	<u>79.210</u>

**17 Conciliação de alíquota nominal e efetiva de imposto de renda e contribuição social**

As despesas de imposto de renda e de contribuição social relacionadas aos períodos findos em 31 de junho de 2017 e 30 de junho de 2016 estão reconciliadas às alíquotas nominais como segue:

	<u>30/06/2017</u>		<u>30/06/2016</u>	
	<u>Imposto de renda</u>	<u>Contribuição social</u>	<u>Imposto de renda</u>	<u>Contribuição Social</u>
<b>Lucro antes do imposto de renda</b>				
17 de 32				

**Notas Explicativas**

**Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG**  
**Notas explicativas às Informações Trimestrais**  
**Para o trimestre findo em 30 de junho de 2017**  
**Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

e da contribuição social	194.990	194.990	163.032	163.032
<b>Despesa de imposto de renda e da contribuição social, às alíquotas nominais de 25% e 9%</b>	(48.748)	(17.549)	(40.758)	(14.673)
Ajustes para obtenção da alíquota efetiva:				
Adições Permanentes	(537)	(193)	(1.761)	(634)
Incentivos Fiscais	50	-	435	-
<b>Despesa de imposto de renda e contribuição social de acordo com a demonstração do resultado</b>	(49.235)	(17.742)	(42.084)	(15.307)
Alíquota efetiva	25	9	26	9

**18 Patrimônio líquido****18.1 Capital social**

O capital social de R\$ 587.923 está representado por 259.637.732 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, de propriedade dos seguintes acionistas:

	<b>Capital detido (%)</b>
Residentes no exterior:	
Gas Natural Distribucion Latinoamerica, S.A.	54,16%
Pluspetrol Energy Sociedad Anonima	2,26%
Residentes no país:	
BNDES Participações S.A. – BNDESPAR	34,56%
Fundo de Investimento em Ações - Dinâmica Energia	8,84%
Outros (e ações em tesouraria)	0,18%
	<u>100,00%</u>

O capital dos acionistas residentes no exterior está integralmente registrado no Banco Central do Brasil.

Em março de 2016, o acionista Gas Natural Internacional SDG S.A. passou a se denominar Gas Natural Distribución Latinoamérica S.A.

**18.2 Reserva de lucros, ajuste de avaliação patrimonial e lucros acumulados**

São compostos como segue:

**(a) Reserva legal**

## Notas Explicativas

**Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG**  
**Notas explicativas às Informações Trimestrais**  
**Para o trimestre findo em 30 de junho de 2017**  
**Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

---

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

**(b) Reserva de expansão**

A reserva de expansão refere-se à retenção do saldo remanescente de lucros acumulados, a fim de atender ao projeto de crescimento dos negócios estabelecido em seu plano de investimentos, conforme orçamento de capital aprovado e proposto pelos administradores da Companhia.

Em AGOE realizada em 27 de abril de 2017, definiu-se o incremento de R\$ 72.311 em reserva de expansão e a transferência de R\$ 43.423 para aumento do capital social, sem modificação no número de ações, valores estes referentes à distribuição do resultado de 2016.

**(c) Destinação dos lucros para distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio**

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, está assegurado um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido, ajustado nos termos da legislação societária brasileira. A Companhia tem utilizado o facultado pelo artigo 9º da Lei nº 9.249/1995, quanto aos juros sobre o capital próprio a título de remuneração aos acionistas, determinados com base na variação “pro rata” dia da Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP, aplicada sobre o patrimônio líquido.

Conforme aprovado em AGOE realizada em 27 de abril de 2017, o valor de R\$ 77.111 será distribuído, a título de JCP, a todos os acionistas e foi pago em parcela única em 27 de julho de 2017. O valor de R\$ 126.746 (R\$ 124.277 e R\$ 2.470), referente aos dividendos de 2016, será distribuído a todos os acionistas e será pago em parcela única em 20 de dezembro de 2017.

**(d) Lucro por ação**

O lucro básico por ação é computado pela divisão do lucro líquido pela quantidade média ponderada das ações ordinárias em circulação no período, conforme cálculo a seguir:

	<u>30/06/2017</u>	<u>30/06/2016</u>
<b>Numerador</b>		
Lucro líquido	128.013	105.641
<b>Denominador (em milhares de ações)</b>		
Média ponderada de número de ações em circulação	<u>259.638</u>	<u>259.638</u>
<b>Lucro líquido por ação básico</b>	<u>0,49</u>	<u>0,41</u>

(\*) Durante 2016, a Companhia aprovou o grupamento de ações na proporção de 200 ações ordinárias para 1 ação ordinária. Para manter a comparabilidade entre os períodos, a quantidade de ações de 31 de março de 2016 também foi agrupada. A quantidade original era de 51.927.546 mil ações ordinárias.

**19 Obrigações com fundo de pensão**

O fundo de pensão é administrado pelo Instituto de Seguridade Social da CEG - Gásius entidade fechada de previdência complementar, sem fins lucrativos e de personalidade jurídica própria, instituída em 1987, patrocinada pela Companhia e que tem por finalidade suplementar benefícios previdenciários aos empregados da Companhia.

## Notas Explicativas

**Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG**  
**Notas explicativas às Informações Trimestrais**  
**Para o trimestre findo em 30 de junho de 2017**  
**Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

---

O Estatuto do Gásius e o Regulamento do plano de benefício estão adaptados à legislação vigente. A confissão de dívida firmada pela CEG com o Gásius em janeiro de 2004 no valor de R\$ 54.208 foi integralmente quitada em janeiro de 2016.

	<u>30/06/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Nº participantes GASIUS:		
Ativos	50	53
Assistidos	<u>1.045</u>	<u>1.048</u>
	<u>1.095</u>	<u>1.101</u>

A Companhia é mantenedora dos seguintes planos de benefícios:

### Planos de benefícios

#### (i) Complementação de Aposentadoria tipo Benefício Definido (Plano BD)

Plano de benefício definido puro, em fase de extinção, instituído em 1987, o qual foi fechado a novas adesões em junho de 2004 e continua mantido apenas para os participantes assistidos e pensionistas e para alguns empregados ainda ativos, em caráter residual.

As contribuições da Companhia apresentam como se segue:

Contribuição normal - destina-se à acumulação de recursos necessários à concessão dos benefícios de renda vitalícia e custeio das despesas administrativas do plano. É idêntica às contribuições dos participantes e assistidos.

Contribuição especial - destina-se à acumulação de recursos necessários à concessão dos benefícios de renda vitalícia e custeio das despesas administrativas do plano. Representa 6,3175 vezes as contribuições dos participantes e assistidos. Esta contribuição teve sua cobrança suspensa no ano 2011.

Em 2004, foi firmado um termo de Confissão de Dívida, no montante de R\$ 54.208 (valor original), junto ao plano de pensão Gásius referentes às diferenças de contribuições devidas pela antiga patrocinadora e vertida à menor no período de fevereiro de 1987 e outubro de 1999 e ao saldo das obrigações assumidas pela CEG para a cobertura de riscos prioritários. A dívida foi integralmente quitada em janeiro de 2016.

#### (ii) Plano de aposentadoria do ano 1990

Refere-se a benefício de complementação de aposentadoria paga pela Companhia a 13 ex-empregados que no ano 1990 aderiram ao plano especial de desligamento. A estes ex-empregados é paga uma renda mensal vitalícia, não transferível a dependentes, sendo os valores destes benefícios atualizados com a mesma periodicidade e no mesmo percentual base concedido aos empregados ativos por força dos acordos coletivos de trabalho.

#### (iii) Prêmio aposentadoria

Contempla benefício a ser pago a alguns empregados na data em que se desligarem da Companhia por aposentadoria. Este prêmio é garantido aos atuais admitidos antes de 31 de dezembro de 1997, e que vierem a se afastar da Companhia em decorrência de aposentadoria concedida pelo regime da previdência oficial. O valor individual do prêmio é calculado com base no salário do empregado e no tempo de serviço prestado à empresa, sendo seu valor individual máximo equivalente a sete

**Notas Explicativas**

**Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG**  
**Notas explicativas às Informações Trimestrais**  
**Para o trimestre findo em 30 de junho de 2017**  
**Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

remunerações para empregados que, em 31 de dezembro de 1997, contavam 35 anos ou mais de serviço prestado à Companhia.

**(iv) Plano de saúde para aposentados**

Trata-se de plano de saúde do tipo administrado, contratado com empresa de medicina de grupo e concedido a um grupo fechado de aposentados e seus dependentes legais que, em 17 de junho de 1998, faziam parte do plano de assistência médica da Companhia e, pelo período de sete anos e meio, para os atuais empregados admitidos até aquela data, extensivo a seus dependentes legais. Os titulares do plano participam, em conjunto com a Companhia, do custeio mensal do plano e nos eventos de pequeno risco. A partir de fevereiro de 2011 o plano de saúde deixou de ser contributivo para os novos empregados admitidos a partir desta data.

As contribuições da Companhia para o plano de previdência administrado pelo fundo de pensão e para custeio do plano de saúde administrado diretamente pela CEG, totalizaram:

	<u>30/06/2017</u>	<u>30/06/2016</u>
Fundo de pensão (Gásius)	1.077	1.078
Assistência médica	<u>3.600</u>	<u>2.798</u>
	<u>4.677</u>	<u>3.876</u>

A composição das obrigações registradas no balanço patrimonial é:

	<u>30/06/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Benefícios especiais de aposentadoria (Plano 90)	5.796	5.804
Prêmio aposentadoria	1.962	1.935
Assistência médica para aposentados	<u>134.748</u>	<u>130.279</u>
	142.478	130.018
Circulante	<u>(23.290)</u>	<u>(21.247)</u>
Não circulante	<u>119.188</u>	<u>116.771</u>

A movimentação do passivo atuarial em conformidade com a Deliberação CVM nº 600/2009 pode ser assim demonstrada:

Em 31 de dezembro de 2016	138.018
Benefícios pagos	<u>4.460</u>
Em 30 de junho de 2017	<u>142.478</u>

A composição dos ativos do plano em 30 de junho de 2017 é a seguinte:

Renda fixa	
Títulos públicos federais	252.431
Fundos de investimento de renda fixa	69.543
Títulos privados	<u>4.324</u>
	326.298
Títulos de renda variável	
	63.035
Investimento imobiliário	33.087



**Notas Explicativas**

**Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG**  
**Notas explicativas às Informações Trimestrais**  
**Para o trimestre findo em 30 de junho de 2017**  
**Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

Outros ativos	20.533
	<u>442.953</u>

**20 Provisão para contingências**

A provisão para contingências foi constituída com base na expectativa da administração da Companhia e de seus consultores jurídicos para as ações judiciais de natureza cíveis, tributárias e trabalhistas, considerando as diversas instâncias em que os processos se encontram. O montante da provisão é considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas decorrentes de decisões desfavoráveis em causas judiciais.

A composição das provisões de contingências, por natureza, é a seguinte:

	<u>30/06/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Trabalhistas	35.036	32.126
Cíveis	16.574	16.363
Tributárias	<u>15.815</u>	<u>15.590</u>
	<u>67.425</u>	<u>64.079</u>

A movimentação da provisão está demonstrada a seguir:

<b>Saldo em 31 de dezembro de 2016</b>	64.079
Adições	9.117
Baixas/reversões	(7.568)
Atualizações monetárias	<u>1.797</u>
<b>Saldo em 30 de junho de 2017</b>	<u>67.425</u>

**(a) Contingências tributárias**

As provisões para contingências tributárias referem-se, substancialmente, ao questionamento sobre a incidência da CIDE.

De acordo com a posição de nossos consultores jurídicos, apesar de existirem decisões favoráveis aos contribuintes sobre a incidência da CIDE, a maioria das decisões dos Tribunais de 2ª instância tem sido desfavoráveis, desta forma julgamos como provável a expectativa de perda deste processo. Assim sendo, a Companhia contabilizou a provisão para perda do referido processo, cujo valor em 30 de junho de 2017 é de R\$ 13.425 (R\$ 13.207 em 31 de dezembro de 2016) e está suportado por depósitos judiciais (Nota 11 (c)). Existem ainda R\$ 2.390 (R\$ 2.382 em dezembro de 2016) referentes a honorários de êxito provenientes, principalmente, do processo FINSOCIAL.

A composição da provisão para contingências tributárias, por esfera de governo, é a seguinte:

	<u>30/06/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
<b>Esfera</b>		
Federal	<u>15.815</u>	<u>15.590</u>

## Notas Explicativas

**Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG**  
**Notas explicativas às Informações Trimestrais**  
**Para o trimestre findo em 30 de junho de 2017**  
**Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

15.815

15.590

**(i) Contingências tributárias com êxitos possíveis**

Há, na Companhia, outros processos de natureza Federal, Estadual e Municipal que não estão provisionados por estarem classificados como perda possível por nossos consultores jurídicos, que acompanham o andamento dos processos em todas as instâncias. O valor dessas contingências corresponde a R\$ 68.982 em 30 de junho de 2017 (R\$ 93.615 em 31 de dezembro de 2016), o montante envolvido sofreu significativa redução devido a êxito total na defesa de um processo relacionado a créditos indevidos de ICMS.

Desse montante podemos destacar os seguintes processos:

- Em julho de 2005, a Companhia iniciou processo judicial, referente a exigência de pagamento de INSS em razão de diferenças resultantes de retenções supostamente efetuadas a menor no período de fevereiro de 1999 a setembro de 2000. Os advogados da Companhia estimam como possível a probabilidade de perda dessa ação, razão pela qual não foi constituída provisão, cujo valor atualizado em 30 de junho de 2017 é de R\$ 15.609 (R\$ 15.161 em 31 de dezembro de 2016).
- Em outubro de 2008, a Companhia iniciou processo administrativo referente à exigência, por parte da Receita Federal, de supostas diferenças de PIS e COFINS relativas aos meses de maio a julho de 2004, junho e julho de 2005, devido a não ter sido comprovada a origem dos créditos de ativo imobilizado deste período, e a não observação da limitação imposta pelo art. 31, da Lei nº 10.865/04. Os advogados da Companhia estimam como possível a probabilidade de perda dessa ação, razão pela qual não foi constituída provisão cujo valor atualizado em 30 de junho de 2017 é de R\$ 8.322 (R\$ 8.165 em 31 de dezembro de 2016).
- Em janeiro de 2010, a Companhia iniciou processo administrativo referente a não homologação, por parte da Receita Federal, das compensações de créditos oriundos do recolhimento a maior de CSLL relativo ao exercício de 2005. Os advogados da Companhia estimam como possível a probabilidade de perda dessa ação, razão pela qual não foi constituída provisão, cujo valor atualizado em 30 de junho de 2017 é de R\$ 12.188 (R\$ 11.912 em 31 de dezembro de 2016).

Os valores dos demais processos classificados com chances de perda possível por nossos consultores jurídicos, não apresentam individualmente relevância, mas destacamos que tratam-se de contestações, por parte da Companhia, quanto à dedutibilidade de despesas, incidência ou não de impostos, glosa de créditos, entre outros.

Adicionalmente aos processos de perda possível, há o seguinte processo, cuja perda estimada foi classificada como remota e que deve ser destacado em decorrência de sua relevância:

- Em setembro de 2005, a Companhia tomou ciência da decisão emitida pela Delegacia da Receita Federal de Administração Tributária do Rio de Janeiro - DERAT, que tornou sem efeito o reconhecimento do direito creditório das contribuições do PIS e da COFINS pagas em duplicidade em anos anteriores no valor nominal de R\$ 83.549. Os advogados da Companhia apresentaram manifesto de inconformidade requerendo a anulação da decisão proferida. Em 28 de março de 2007, a Companhia perdeu a causa na instância administrativa e recorreu à esfera judicial, seguindo o trâmite legal. O montante envolvido, atualizado em 30 de junho de 2017, é de R\$ 434.607 (R\$ 428.404 em 31 de dezembro de 2016) e não foi constituída provisão tendo em vista as expectativas de perda remota.

**(ii) Programa de Recuperação Fiscal - REFIS**

## Notas Explicativas

### Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG Notas explicativas às Informações Trimestrais Para o trimestre findo em 30 de junho de 2017 Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em 1994, após a decisão do Superior Tribunal Federal - STF que julgou inconstitucional os aumentos da alíquota do FINSOCIAL majoradas no período de setembro de 1989 a março de 1992, a Companhia entrou com uma ação judicial visando obter o reembolso dos valores que pagou a maior tendo em conta as alíquotas inconstitucionalmente majoradas. Em 2000, antes de ser proferida uma decisão final nos autos da ação judicial, a Companhia também iniciou, perante a Secretaria da Receita Federal, o procedimento administrativo de compensação dos valores indevidamente recolhidos, com valores vincendos e não pagos de IRPJ, CSLL, PIS e COFINS.

Em 2006, foi proferida a sentença favorável à Companhia no processo judicial reconhecendo seu direito ao reembolso de parte dos valores indevidamente recolhidos a título de contribuição ao FINSOCIAL.

Considerando a decisão judicial, a Secretaria de Receita Federal indeferiu à CEG a compensação efetuada, alegando que para possibilitar eventual compensação, a CEG deveria ter desistido previamente da ação judicial. Desta forma, na via administrativa, perante a Secretaria da Receita Federal, a Companhia passa a dever os impostos compensados no montante de R\$ 24.126, e faz jus ao recebimento do reembolso judicialmente reconhecido no montante de R\$ 14.613 (transitado em julgado), ambos os valores atualizados até 31 de dezembro de 2009. Como consequência, a Companhia procedeu o reconhecimento desses valores em 31 de dezembro de 2010, retroativamente a 1º de janeiro de 2009.

Em 2009, a Companhia aderiu ao REFIS, e incluiu o passivo relativo aos impostos mencionados no parágrafo anterior, os quais foram objeto de parcelamento. O passivo corrigido relativo aos impostos indevidamente compensados e incluídos ao REFIS, no montante de R\$ 8.410 em 31 de dezembro de 2011, e que encontrava-se registrado em "Tributos a Recolher" na rubrica "Programa de Recuperação Fiscal - REFIS" foi integralmente quitado no exercício 2012, e o respectivo ativo compensado parcialmente, restando em aberto o montante de R\$ 13.136 em 30 de junho de 2017 (R\$ 13.136 em 31 de dezembro de 2016).

#### (b) Contingências trabalhistas

As contingências trabalhistas referem-se a ações movidas por ex-empregados da Companhia e a ações movidas por ex-empregados de empresas terceirizadas por responsabilidade solidária. A quantidade destas ações é demonstrada da seguinte forma:

	<u>30/06/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Quantidade de ações movidas por:		
Ex-empregados CEG	40	38
Ex-empregados terceiros	738	752
Outros (Ministério Público, INSS)	<u>11</u>	<u>11</u>
	<u>789</u>	<u>801</u>

A tabela a seguir apresenta a composição da provisão dos processos trabalhistas:

	<u>30/06/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Ex-empregados CEG	7.744	8.186
Ex-empregados terceiros	<u>27.292</u>	<u>23.941</u>
	<u>35.036</u>	<u>32.127</u>

## Notas Explicativas

**Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG**  
**Notas explicativas às Informações Trimestrais**  
**Para o trimestre findo em 30 de junho de 2017**  
**Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

---

As reclamações trabalhistas classificadas como de êxito possível por parte da Companhia, totalizam em 30 de junho de 2017 R\$ 70.888 (R\$ 64.677 em 31 de dezembro de 2016).

A Companhia, visando à redução das contingências trabalhistas atuais e futuras, tem adotado os seguintes planos de ação:

- (a) Melhoria do processo de contratação e gestão das atividades das empresas contratadas.
- (b) Análise dos processos mais antigos e relevantes de ex-empregados da CEG e ex-empregados de empresas terceirizadas para propor acordos, visando a redução da contingência laboral e custos com os advogados.
- (c) Contratação de empresa para realização de auditorias nas empresas terceirizadas e acompanhamento do cumprimento das obrigações trabalhistas e previdenciárias.
- (d) Realização de reuniões com as empresas terceirizadas que ainda prestam serviço para a CEG e possuem processos trabalhistas, para propor um trabalho conjunto de redução de contingências laborais.
- (e) Retenção das cauções das empresas terceirizadas para redução das provisões.

### (c) Contingências cíveis

As contingências cíveis provisionadas, referem-se a ações movidas por terceiros contra a Companhia, dentre as quais, pela relevância dos montantes envolvidos, podemos destacar:

- Em junho de 2010, uma sentença de primeira instância proferida na ação de indenização por acidente em residência, por inalação de gás carbônico, condenou a CEG ao pagamento de indenização, que inclui o tratamento necessário pelo prazo da expectativa de vida do autor, conforme critérios apurados em perícia judicial. A Companhia interpôs recurso contra a sentença proferida em primeira instância e aguarda julgamento da apelação. Foi dado parcial provimento a apelação apresentada pela CEG, decidindo por excluir a indenização por lucros cessantes; reconhecer a culpa concorrente do autor; condenar a CEG ao pagamento de pensão mensal; condenar a CEG a constituir capital com o intuito de assegurar o cumprimento da obrigação imposta; condenar a CEG a arcar com gastos médicos para reabilitação. O voto da Desembargadora Revisora foi no sentido de dar provimento integral ao recurso da CEG e, com base neste, iremos recorrer. O recurso manteve a decisão. Foi interposto pela CEG último recurso cabível em Brasília. Neste caso, foi celebrado acordo no valor de R\$4.000 em dezembro de 2016, e a Companhia aguarda a extinção do processo.
- Em janeiro de 2012, iniciou-se a execução de ação indenizatória em decorrência de acidente de trânsito fatal ocorrido em 1989 (antes da privatização) envolvendo funcionário em condução de veículo da então estatal. Em sentença a CEG foi condenada a pagar para cada autor a quantia de R\$ 30 a título de danos morais. Foi condenada, também, ao pagamento de pensão para os filhos do falecido na quantia de 0,78 salários mínimos desde a data do acidente além de um prestação anual a título de 13º salário, até completarem 25 anos, data em que a pensão será convertida em favor da esposa do falecido. Condenada a pagar pensão para esposa do falecido no valor de 2,34 salários mínimos da data do acidente até a data que a vítima completaria 72,9 anos, além de um prestação anual a título de 13º salário, além

## Notas Explicativas

**Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG**  
**Notas explicativas às Informações Trimestrais**  
**Para o trimestre findo em 30 de junho de 2017**  
**Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

---

dascustas processuais e honorários advocatícios. Não havendo mais possibilidade de recursos, o valor da provisão é de R\$ 2.223.

Existem ainda, na Companhia, outras ações cíveis classificadas com chance de perda provável no montante de R\$ 12.487 que não apresentam individualmente relevância, tratando-se basicamente de ações relativas a reclamações de consumidores.

### **21 Informações por segmento**

A administração analisa o desempenho da Companhia considerando as características do seu mercado consumidor e, dessa forma, subdivide o resultado de suas operações nos seguintes segmentos: mercado residencial (907.467 clientes pessoas físicas que possuem em seus domicílios equipamentos a gás natural como aquecedores e fogões), comercial (12.087 pequenos e médios estabelecimentos comerciais como restaurantes, bares, shopping centers e hotéis), industrial (302 indústrias de diversos setores como químico, fundição e siderurgia, vidros, bebidas entre outros), termoeletrico (3 Usinas de Geração de Energia movidas a gás natural) e automotivo (454 postos de combustível de gás natural veicular GNV), todos localizados na área de concessão da Companhia, que compreende a região metropolitana do estado do Rio de Janeiro. Vale destacar que em nenhum de seus segmentos a Companhia possui um determinado cliente que represente 10% (dez por cento) de sua receita total, não havendo dependência com relação a um único cliente.

A composição da margem por segmento pode ser assim demonstrada:

## Notas Explicativas

## Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG

## Notas explicativas às Informações Trimestrais

## Para o trimestre findo em 30 de junho de 2017

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Segmentos	Margem por seguimento 30/06/2017							Total
	Residencial	Comercial	Industrial	Termelétrico	Automotivo	Construção	Outras Receitas	
Volumes m³ mil (Não revisado)	51.727	38.581	240.972	699.852	429.614	-	-	1.460.746
Receita Bruta	339.781	126.854	365.612	401.938	603.881	78.772	60.625	1.977.463
Deduções	(71.302)	(27.167)	(73.471)	(3.217)	(130.703)		(15.534)	(321.394)
Receita Líquida	268.479	99.687	292.141	398.721	473.178	78.772	45.091	1.656.069
Custo	(54.074)	(39.390)	(232.271)	(377.012)	(414.206)	(78.772)	(2.164)	(1.197.889)
Resultado Bruto	214.405	60.297	59.870	21.709	58.972	-	42.927	458.180
Despesas/Receitas Operacionais								(263.190)
Resultado antes da Tributação								194.990
Provisão p/IR e Contribuição social								(66.977)
Lucro Líquido do Período								128.013

## Notas Explicativas

## Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG

## Notas explicativas às Informações Trimestrais

## Para o trimestre findo em 30 de junho de 2017

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Segmentos	Margem por segmento 30/06/2016						Total	
	Residencial	Comercial	Industrial	Termelétrico	Automotivo	Construção		Outras Receitas
Volumes m <sup>3</sup> mil (Não revisado)	50.140.497	44.837.966	242.817.956	650.654.093	384.628.679	0	0	1.373.079.191
Receita Bruta	297.767	118.275	340.253	394.643	486.881	84.839	50.150	1.772.808
Deduções	(62.633)	(25.388)	(68.101)	(2.141)	(105.380)		(5.872)	(269.515)
Receita Líquida	235.134	92.887	272.152	392.502	381.501	84.839	44.278	1.503.293
Custo	(38.428)	(36.143)	(203.466)	(363.399)	(320.120)	(84.839)	(2.014)	(1.048.409)
Resultado Bruto	196.706	56.744	68.686	29.103	61.381	-	42.264	454.884
Despesas/ Receitas Operacionais								(291.853)
Resultado antes da Tributação								163.031
Provisão p/IR e Contribuição social								(57.390)
Lucro Líquido do Período								105.641

**Notas Explicativas**

**Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG**  
**Notas explicativas às Informações Trimestrais**  
**Para o trimestre findo em 30 de junho de 2017**  
**Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

(\*) As outras receitas têm a seguinte composição:

	<u>30/06/2017</u>	<u>30/06/2016</u>
Receitas de serviços	54.810	46.710
Receitas de serviços taxados	5.353	3.094
Receita de aluguéis	462	346
	<u>60.625</u>	<u>50.150</u>

A administração não efetua a gestão dos ativos e passivos da Companhia por segmento, motivo pelo qual não é apresentada a composição dessas informações.

**22 Receita**

A reconciliação das vendas brutas para a receita líquida é como segue:

**Demonstração da Receita Líquida**

	<u>30/06/2017</u>	<u>30/06/2016</u>
Venda de gás	1.838.066	1.637.819
Contratos de construção	78.772	84.839
Outras receitas	60.625	50.150
<b>Total receita bruta</b>	<b>1.977.463</b>	<b>1.772.808</b>
(-) Deduções da receita Bruta	(321.394)	(269.515)
<b>Receita líquida</b>	<b><u>1.656.069</u></b>	<b><u>1.503.293</u></b>

**23 Custo**

	<u>30/06/2017</u>	<u>30/06/2016</u>
Compra de gás e de serviços	1.070.200	952.464
Custo dos contratos de construção	78.772	84.839
Custo de pessoal	11.797	11.106
Custo de amortização do intangível	37.120	32.634
	<u>1.197.889</u>	<u>1.081.043</u>

**24 Compromissos e contingências****24.1 Fornecedor de gás**



## Notas Explicativas

### **Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG** **Notas explicativas às Informações Trimestrais** **Para o trimestre findo em 30 de junho de 2017** **Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

---

Em 28 de novembro de 2008, entrou em vigência o contrato de fornecimento de gás natural com a Petróleo Brasileiro S.A. - PETROBRAS para uso convencional ("CONTRATO"), assinado em 18 de julho de 2008.

Em 1º de junho de 2017 foi celebrado o termo aditivo nº 12 ao contrato de fornecimento de gás natural com a Petróleo Brasileiro S.A. - PETROBRAS, no qual as partes acordaram em aumentar a Quantidade diária contratual.

Pelo Aditivo nº11 ao citado contrato de fornecimento de gás natural, a CEG se compromete para o ano de 2017: (i) a retirar da PETROBRAS e, mesmo que não retire, a pagar uma quantidade de gás que, na média diária do correspondente mês, a 70% da QDC - compromisso Retirada Mínima Mensal (RMM); (ii) a retirar da PETROBRAS e, mesmo que não retire, a pagar um Encargo de Capacidade (antigo SOP) do correspondente mês, 95% da QDC.

A Companhia não incorreu em perdas de compromisso de retirada mínima até 30 de junho de 2017.

#### **24.2 Compromisso com Poder Concedente**

A partir de 2009, com a aprovação do Plano de Investimentos apresentado pela Companhia no curso da Segunda Revisão Quinquenal de Tarifas (para o quinquênio 2008-2012), o Poder Concedente autorizou o atendimento provisório dos municípios através de GNC (Gás Natural Comprimido), já sendo atendido o Município de Maricá por meio deste sistema. A referida autorização, no entanto, não extinguiu o compromisso regulatório de construir gasodutos e ramais de distribuição em tais municípios. Desta forma, na Terceira Revisão Quinquenal de Tarifas foi previsto no plano de investimentos (para o quinquênio 2013-2017) a construção dos gasodutos, a serem finalizados ao final do ano de 2017.

No final de 2014, a Companhia e o Estado do Rio de Janeiro assinaram novo Termo Aditivo ao Contrato de Concessão que revogou os compromissos regulatórios assumidos nos Aditivos firmados em 2004 e 2005 e concedeu o direito à CEG de distribuir gás natural por meio do sistema GNC a todos os municípios de sua área de concessão, inclusive para os mencionados municípios.

O plano de investimentos da Companhia aprovado na 3ª Revisão Tarifária, para o quinquênio 2013-2017, prevê um montante de investimento correspondente a R\$ 977.222 (moeda de dezembro de 2011, data da apresentação da proposta para a Revisão Tarifária ao Regulador conforme contrato de concessão), já ajustado pela assinatura do 3º Termo aditivo, tendo sido realizado até 30 de junho de 2017 77,4% deste valor, sendo que a Companhia pretende cumprir a meta estabelecida até o fim do ciclo tarifário.

#### **24.3 Revisão tarifária**

Em 2013, foi concluído o Processo Regulatório sobre a 3ª Revisão Quinquenal de Tarifas da Concessionária, aprovado pelo Conselho Diretor da Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro ("Agenera"), por meio da Deliberação Agenera nº 1.796. Assim, a Agenera definiu uma taxa de remuneração (CAPM) de 9,757%, aprovou todo o plano de investimentos proposto para o quinquênio 2013-2017, efetuou pequenos ajustes em contas de custos operacionais, aprovou o redesenho da estrutura tarifária proposto pela CEG e estabeleceu uma compensação por conta da subexecução de investimentos do quinquênio passado. Como resultado para o quinquênio, as margens da Concessionária sofrem uma redução de 1,99%.

Além disso, em razão da demora de dez meses para a homologação do resultado da Revisão Tarifária, enquanto aguardava o resultado definitivo do Processo Regulatório, a Companhia manteve o valor das tarifas até então vigentes, resultando numa diferença a maior na arrecadação naquele período. Por isso a Agenera determinou um fator de retroatividade que também será aplicado às margens durante o quinquênio vigente, o que representa uma redução adicional de 3,60%.

30 de 32

**Notas Explicativas**

**Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG**  
**Notas explicativas às Informações Trimestrais**  
**Para o trimestre findo em 30 de junho de 2017**  
**Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

No entanto, a Deliberação Agenera 1.796 e seus efeitos foram suspensos por uma decisão liminar proferida pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro até 18 de dezembro de 2013, quando foi negado o seguimento de tal decisão. Dessa forma, em função da revogação da liminar, a AGENERSA homologou nova Deliberação de N° 1.881, que aprovou a estrutura tarifária recalculada pela Concessionária, por conta do atraso ocasionado pela referida liminar, definindo a aplicação do resultado da RTI a partir de 1º de janeiro de 2014, com os devidos ajustes de custo de gás, IGP-M e retroatividade.

**25 Despesas gerais e administrativas**

	<u>30/06/2017</u>	<u>30/06/2016</u>
Despesa de pessoal	47.102	43.117
Entidade de previdência privada	4.413	3.220
Utilidades, materiais e serviços	15.581	14.660
Amortização do intangível	19.848	21.145
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (a)	5.187	17.335
Serviços e outros gastos (b)	<u>101.460</u>	<u>91.328</u>
	<u><b>193.591</b></u>	<u><b>190.805</b></u>

(a) A recuperação de créditos junto a dois grandes clientes do segmento automotivo e industrial foi o principal fator para a variação ocorrida na linha de provisão para crédito de liquidação duvidosa.

(b) A variação ocorrida é devido a uma série de fatores as quais podemos destacar o maior controle da qualidade do serviço, maior quantidade de operação de leituras, aumento no volume de chamadas, maior incremento na gestão de cobrança, pagamento de bonificações, aumento no custo com vigilância decorrente de renovação de contrato.

**26 Outras despesas, líquidas**

	<u>30/06/2017</u>	<u>30/06/2016</u>
Impostos e taxas (a)	5.456	528
Ganho na alienação de intangível	(550)	(338)
Indenização a terceiros	8.327	8.183
Despesa com impostos	512	1.175
Outras receitas operacionais	(827)	(1.255)
Outras despesas operacionais	<u>2.553</u>	<u>2.008</u>
	<u><b>15.471</b></u>	<u><b>10.301</b></u>

(a) Com a finalidade de manutenção do equilíbrio das finanças públicas, o Governo do Estado do Rio de Janeiro instituiu o Fundo Estadual de Equilíbrio Fiscal (FEEF). A referida legislação foi regulamentada e publicada no Diário Oficial do Estado em novembro de 2016, gerando variação relevante frente ao período de comparação.

**27 Resultado financeiro**

**Notas Explicativas**

**Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro - CEG**  
**Notas explicativas às Informações Trimestrais**  
**Para o trimestre findo em 30 de junho de 2017**  
**Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

---

	<u>30/06/2017</u>	<u>30/06/2016</u>
<b>Receitas financeiras</b>		
Rendas sobre aplicações financeiras	3.487	854
Atualizações monetárias e cambiais ativas	3.275	5.416
Receita de juros e encargos	5.858	5.339
Outras receitas financeiras	1.488	2.018
	<u>14.108</u>	<u>13.627</u>
	<u>30/06/2017</u>	<u>30/06/2016</u>
<b>Despesas financeiras</b>		
Ajuste a valor presente do passivo de concessão	-	(2.577)
Juros de empréstimo	(49.750)	(50.124)
IOF	(1.697)	(2.386)
Atualizações monetárias e cambiais passivas	(3.222)	(5.438)
Fiança bancária	(11.490)	(10.042)
Outras despesas financeiras	(2.077)	(1.172)
	<u>(68.236)</u>	<u>(71.739)</u>
	<u>(54.128)</u>	<u>(58.112)</u>

## Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Companhia Distribuidora  
de Gás do Rio de  
Janeiro S.A. - CEG  
Informações Trimestrais - ITR  
em 30 de junho de 2017  
e relatório sobre a revisão de  
informações trimestrais

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais

Aos Administradores e Acionistas

Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro S.A. - CEG

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro S.A. - CEG (a "Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2017, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e seis meses findos nessa data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 – Demonstração Intermediária, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 aplicável à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

Revisamos, também, a Demonstração do Valor Adicionado (DVA), referente ao período de três meses findo em 31 de março de 2017, preparada sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR). Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foi elaborada de maneira consistente, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 1o de agosto de 2017

PricewaterhouseCoopers

Audidores Independentes

CRC 2SP000160/O-5 "F" RJ

Claudia Eliza Medeiros de Miranda

Contadora CRC 1RJ087128/O-0

## Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO – CEG

CNPJ/MF Nº 33.938.119/0001-69 NIRE Nº 3330008217-4

ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO FISCAL REALIZADA EM 10 DE AGOSTO DE 2017, LAVRADA EM FORMA SUMÁRIA

DATA, HORA E LOCAL: Aos 10 (dez) dias do mês de agosto de 2017, às 9:30h (nove horas e trinta minutos), na sede da sociedade, à Avenida Presidente Vargas, nº 1001, 8º andar, Centro - Rio de Janeiro/RJ.

PRESENCAS: Conselheiros representando a totalidade dos membros existentes no Conselho Fiscal, conforme assinaturas constantes ao final desta ata. Além dos Conselheiros, encontravam-se também presentes à reunião o Sr. Renato Ramos e Claudia Eliza Medeiros, representantes dos Auditores Independentes, a Sra. Samasse Leal, representante da Diretoria Econômico-Financeira e Relação com Investidores, os Srs. Maria Cecilia Fontes Pinheiro e Josimar Viana, representantes da área de Contabilidade e Consolidação, o Sr. Márcio Gomes Vargas, representante da área de Controle de Gestão e a Sra. Monique Arnaud Bogado, representante da Diretoria de Jurídica.

MESA: Os trabalhos foram presididos pelo Sr. Felipe Kfuri Moreira da Silva, que convidou a Sra. Monique Arnaud Bogado para secretariar a reunião, sob aprovação unânime dos presentes.

ORDEM DO DIA: 1) Aprovação das Informações Trimestrais – ITR do 2º Trimestre de 2017; e 2) Apresentação dos resultados acumulados do 2º Trimestre de 2017.

MANIFESTAÇÕES E SOLICITAÇÕES: 1) Foram analisadas, pelos conselheiros, as Informações Trimestrais – ITR do 2º Trimestre de 2017, sendo prestados os respectivos esclarecimentos pelos representantes dos Auditores Independentes, que informaram que o Parecer foi emitido sem ressalvas; e 2) Foram apresentados os resultados acumulados do 2º Trimestre de 2017 e 3) Foi solicitada para próxima reunião a apresentação do responsável pelo TI para explicar os pontos que foram apresentados na carta de controles internos de 2016.

DELIBERAÇÕES: 1) Os Conselheiros Fiscais presentes, por unanimidade, manifestaram-se, favoravelmente, às Informações Trimestrais – ITR do 2º Trimestre de 2017; 2) Fica agendada a realização da próxima Reunião do Conselho Fiscal para o dia 10 de novembro de 2017, às 9:30h; e 3) A documentação ordinária (ITR e Informe Institucionais) deverá ser enviada aos Conselheiros até 03 de novembro de 2017, de modo a subsidiar a próxima reunião.

ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a tratar foi encerrada a Reunião, lavrando-se a presente ata, que vai assinada por todos os Conselheiros, tendo sido lida e achada conforme por todos os presentes.

Rio de Janeiro (RJ), 10 de agosto de 2017.

Felipe Kfuri Moreira da Silva Murici dos Santos

Renato Achutti

Monique Arnaud Bogado

Secretária

COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GÁS DO RIO DE JANEIRO – CEG

CNPJ/MF Nº 33.938.119/0001-69 NIRE Nº 3330008217-4

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro – CEG, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, reunidos nesta data, com base no seu trabalho de acompanhamento, nas informações prestadas pela Administração da Companhia contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR, referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2017, que compreendem o Balanço Patrimonial e as respectivas Demonstrações do Resultado, do resultado abrangente, das mutações do Patrimônio Líquido e dos fluxos de caixa para o trimestre findo na data mencionada anteriormente, incluindo o resumo das principais políticas contábeis e demais notas explicativas, além da demonstração intermediária do valor adicionado, manifestaram-se, por unanimidade, favoravelmente às Informações Trimestrais relativas ao 2º Trimestre de 2017.

Rio de Janeiro (RJ), 10 de agosto de 2017.

Felipe Kfuri Moreira da Silva Murici dos Santos

Renato Achutti